

Civilizar a infância: moral em lições no livro escolar de Guilhermina de Azambuja Neves (Corte imperial, 1883)

Cultivate childhood: moral in lessons on the school book by
Guilhermina Azambuja Neves (Corte imperial, 1883)

Alessandra Frota M. de Schueler¹
Giselle Baptista Teixeira²

Resumo

No presente artigo analisamos a trajetória profissional e a produção escrita de Guilhermina de Azambuja Neves, professora atuante no magistério primário na Corte imperial. Para tanto, privilegiamos o estudo de uma de suas obras intitulada *Entretenimento sobre os deveres de civilidade, colecionados para uso da puerícia brasileira de ambos os sexos*. Produzido em 1883 para uso das escolas primárias, o livro escolar de sua autoria resultou de um momento efervescente no mercado editorial, no qual professores primários e secundários contribuíram para a elaboração de livros e materiais didáticos, tornando-se, assim, autores de obras destinadas ao ensino nas escolas.

Palavras-chave: Livros escolares. Século XIX. Professores autores.

Abstract

In this article we analyse the personal trajectory and the written production of Guilhermina de Azambuja Neves, an active teacher in the elementary teaching profession in Corte Imperial. So we privileged the study of one of her books named *Entretenimento sobre os deveres de civilidade, colecionados para uso da puerícia brasileira de ambos os sexos*. This book was written by this teacher, for the use of primary schools in 1883, as a result of an effervescent moment in the editorial market in which primary and secondary teachers contributed to the elaboration of books and didactic materials becoming in this way, authors of books destined to the school teaching.

Keywords: School book. Nineteenth century. Teachers authors.

1 Doutora em Educação. Professora de História da Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e atua no Programa de Mestrado e Doutorado em Educação. Pesquisadora do Núcleo de Ensino e Pesquisa em História da Educação (NEPHE/UERJ). Endereço profissional: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Educação e Humanidades, Departamento de Ciências Sociais e Educação. Rua São Francisco Xavier, 524, 12º andar Maracanã 20550-013 - Niterói, RJ - Brasil - CP: 2100000.
E-Mail: <alefrotaschueler@yahoo.com.br>

2 Mestre em Educação. Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pesquisadora da Fundação Biblioteca Nacional, professora da Prefeitura Municipal de Mesquita. Endereço Profissional: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação. Rua São Francisco Xavier, Maracanã, Rio de Janeiro, RJ – Brasil. Telefone: (21) 2587-7731 Ramal: 32.

Introdução

Neste artigo analisamos a trajetória profissional e a produção escrita de livros escolares de Guilhermina de Azambuja Neves, professora pública primária e diretora do Externato Azambuja Neves, atuante na Corte imperial, entre os anos de 1860 e 1889. Para tanto, além dos dados biográficos, pesquisados nos dicionários biobibliográficos, em obras de referência e de materiais encontrados no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), referentes à autora, selecionamos para a análise uma de suas obras, aquela produzida em 1875, para uso das escolas primárias da cidade, intitulada *Entretenimento sobre os deveres de civilidade, colleccionados para uso da puerícia brasileira de ambos os sexos*.

O trabalho integra pesquisas em andamento sobre a produção escrita de professores e professoras primárias e sobre os livros escolares em circulação na Corte, na segunda metade dos oitocentos. Esse período tem sido caracterizado como um momento de significativas transformações políticas, econômicas, sociais e culturais, no qual tanto o Estado, quanto às instituições escolares, estavam se constituindo, juntamente com novas representações sobre a *nação* e a educação brasileiras. Tais transformações repercutiram, por exemplo, na ampliação das demandas do ensino primário e secundário, repercutindo também no mundo editorial, com investimentos em produções de livros escolares. Os livros foram entendidos e eleitos como instrumentos que poderiam contribuir para viabilização das propostas existentes, tenham sido elas quais fossem, já que em circulação divulgaria um saber bem determinado. Cabe ressaltar que para que pudessem ser utilizadas nas escolas primeiramente, as obras deveriam ser previamente aprovadas pelo Governo Imperial.

No percurso que envolvia os livros escolares, mais do que consumidores passivos destes objetos auxiliares de suas aulas, os professores tornaram-se sujeitos ativos, seja analisando e avaliando as obras que deveriam ser autorizadas para uso das escolas, a pedido do Governo, seja produzindo tais compêndios. Professores primários e secundários passaram a elaborar livros e materiais didáticos, tornando-se assim autores de obras destinadas ao ensino nas escolas primárias e secundárias. A presença das mulheres nos grupos de sociabilidade intelectual do período, como professoras e praticantes da escrita, não foi irrelevante, mesmo que mais tímida em relação à masculina, ainda mais se levarmos em consideração de que nesta época o predomínio da escrita pertencia ao sexo masculino.

Assim, sustentamos a hipótese de que estes professores, homens e mulheres, se destacaram por sua atuação como intelectuais, que refletiam sobre os modelos educacionais em circulação e sobre a cidade do Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX.

O circuito dos livros escolares: da produção pelos professores- autores à adoção nas escolas da Corte

A produção dos livros escolares faziam, e fazem, parte de um jogo de relações de poder, que devem ser escavadas para o melhor entendimento da emergência e da permanência do livro dentro de uma determinada sociedade e cultura escolar. No século XIX, ao contrário do que se pode imaginar, houve uma significativa produção de textos e livros escolares³, produção que foi sendo intensificada na medida em que a escola primária adquiriu institucionalidade e passou a ser legitimada como lugar fundamental de instrução e educação da população⁴.

Como poderia estar presente no cotidiano das escolas, seja com os alunos, seja com os professores ao subsidiar suas aulas, os livros foram eleitos como um instrumento das autoridades governamentais na tentativa de viabilização das propostas elaboradas. Tais objetos poderiam ser utilizados com a intenção de modelagem da prática docente, de sua formação, bem como, consequentemente, da dos alunos. De acordo com Bittencourt (2004, p. 484), por exemplo, para professores sem formação específica, o livro didático representava “o método de ensino”, além de conter o conteúdo específico da disciplina.

Há uma série de relações que podem ajudar a explicar o porquê da ampla difusão e aceitação de uma obra pelas autoridades governamentais neste período, que como já mencionado, necessitava de autorização para circulação e utilização em sala de aula. Dentre estas relações, podemos citar, por exemplo, sua forma e linguagem, que permitiam seu fácil manuseio e consulta, assim como entendimento; seus conteúdos, que deveriam ser compatíveis com os interesses das autoridades; o lugar social dos autores na sociedade e no campo educacional; suas aproximações com os preceitos da Igreja Católica, já que neste momento muitos livros aprovados possuíam forte influência desta instituição, pois o ensino religioso ainda fazia parte do currículo oficial das escolas, sendo a *Instrução moral* uma das disciplinas obrigatórias do ensino primário; entre outras.

Segundo Galvão (2005, p. 5), para ser aprovado, além de útil, o livro escolar também deveria ser bem organizado. O manual deveria apresentar uma seqüência lógica, não ser confuso, ser claro/breve, ser metodicamente planejado, ser adequado ao uso escolar. Na segunda metade dos oitocentos, os manuais

3 Para saber mais sobre os livros utilizados nas escolas de primeiras letras na segunda metade do século XIX, ver: Gasparello, 2002; Gasparello, Villela, 2003; Bittencourt, 2004; Teixeira, 2005; Xavier, 2007, entre outros autores.

4 Sobre os livros escolares de leitura e escrita, consultar Xavier (2007).

também deveriam se basear nos preceitos do método intuitivo: suas páginas deveriam coadunar-se com um espírito mais prático do que teórico e, entre os recursos possíveis para que isso ocorresse, recomendava-se o uso de desenhos, de exercícios, de quadros. Percebe-se, nesse aspecto, a consciência que tinham os que estavam à frente das instâncias de instrução pública de que o conhecimento científico era distinto do conhecimento escolar. Cabia ao manual mediar essas duas instâncias: se, como vimos, o manual deveria estar isento de imprecisões e inexatidões científicas, também deveria adequar-se ao uso cotidiano da escola e ao público ao qual se destinava.

Ao examinar quais políticas se materializaram no suporte do livro, é possível concluir que, apesar dos compêndios muitas vezes fazerem parte de diferentes projetos, eles buscavam, cada um a sua maneira, inculcar certas normas de comportamentos que pudessem produzir um autocontrole nos sujeitos, e o conseqüente alcance da ordem desejada. Acerca deste assunto, Chartier (1999), assinala que:

O livro sempre visou instaurar uma ordem; fosse a ordem de sua decifração, a ordem no interior da qual ele deve ser compreendido ou, ainda, a ordem desejada pela autoridade que o encomendou ou permitiu a sua publicação. (CHARTIER, 1999, p. 8).

Nesse percurso que envolvia os livros escolares, mais do que consumidores passivos destes objetos para auxílio de suas aulas, os professores tornaram-se sujeitos ativos, seja analisando e avaliando as obras que deveriam ser autorizadas para uso das escolas, a pedido do Governo Imperial, seja produzindo tais compêndios (SCHUELER, 2007). Em relatório apresentado no ano de 1872, João Alfredo Corrêa de Oliveira, Ministro do Império, dizia que “Sempre que se me oferece ocasião não deixo de animar os professores a apresentarem trabalhos de própria lavra no sentido de melhorarmos os exercícios escolásticos”. Pela pesquisa feita no AGCRJ foi possível constatar a existência de um significativo número de professores que ofereciam suas obras para avaliação junto ao Conselho Diretor, sendo possível afirmar que esta era uma prática comum deste grupo⁵.

Segundo Bittencourt (1993), a construção de uma obra didática seria uma tarefa patriótica, um gesto honroso, digno de altas personalidades da nação. Assim, os homens de confiança do poder seriam, evidentemente, o grupo ideal de autores de obras didáticas, mas, com o decorrer do tempo, o número limitado de obras que surgiram de autores famosos fez com que as nossas autoridades educacionais aceitassem pessoas menos nobilitadas. Desta

5 Sobre professores autores de livros escolares na segunda metade do século XIX, ver: Bittencourt (2004).

maneira, os professores foram considerados os sujeitos capazes e autorizados para tal produção, cabendo destacar que este exercício não era restrito aos homens, havendo um expressivo número de professoras, se levarmos em consideração de que nesta época o predomínio da escrita pertencia ao sexo masculino, que também se tornaram escritoras de compêndios. Dentre estas podemos citar: Adelina Lopes Vieira, Luiza Emilia da Silva Aquim, Elisa Tarmer, Guilhermina de Azambuja Neves e Theresa Leopoldina de Araújo Jacobina. Esta última reivindica, em ofício apresentado em 21 de abril de 1875, resposta ao seu pedido:

Theresa Leopoldina de Araújo Jacobina, professora da 2ª escola publica de meninos da freguezia de Santa Rita, tendo tido a honra de offerecer a Inspectoria Geral da Instrucção publica no anno de 1871, uma tradução que fez da Pedagogia e Methodologia de Th. Braun para ser adoptada ao uso das escolas, caso merecesse approvação e algum apreço, e como não tinha tido até hoje resultado algum, a supplicante vem com o devido respeito pedir ao Exmo. Snr. Inspector Geral se digne providenciar afim de que seja a mesma traducção adoptada, ou a não ter merecimento ser restituída a Supplicante. (AGCRJ, Códice – 11.4.21).

Silva (2007) nos apresenta uma lista de outras mulheres professoras que, no século XIX, ou ocuparam cargos na Instrução Pública, ou foram proprietárias de estabelecimentos de ensino, ou se dedicaram à produção de obras didáticas, como podemos observar na tabela I:

Edeiges Raetz de Schreiner(século XIX- ?)RJ	Idéia sobre a instrução primaria no Brasil, 1883
Elisa Diniz Machado Coelho, uma das fundadoras do colégio Santa Isabel, RJ	
Francisca Senhorinha da Motta Diniz, fundou e dirigiu com as filhas o colégio Santa Isabel	
Gabriela de Jesus Ferreira França	Contos brasileiros, 1881 e adotado nas escolas publicas primarias
Guilhermina de Azambuja Neves, fundou e dirigiu o Colégio Azambuja Neves e foi professora na freguesia da Candelária	Entretenimentos, deveres de civilidade para ambos os sexos
Luísa Carolina de Araújo Lopes. Diretora do Colégio Santa Luzia, para educação de meninas, no Rio de Janeiro	Lições de geografia particular do Brasil, 1877
Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, natural de MG, fundou um colégio para meninas no RJ	Resumo da História do Brasil para uso das escolas primarias, Boston, 1888
Maria Jose de Andrade, RJ, dirigiu um colégio de meninas no RJ	
Narcisa Amália de Campos, 1852, foi professora primaria na corte	
Nisia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885), foi educadora de meninas no Brasil e em Portugal	
Rosalina Frazão, 1852, foi professora da instrução publica primaria na freguesia da Gloria	
Teresa Pizarro Filha, fundou no Rio de Janeiro o Colégio Santa Teresa	

Quadro 1 - Referências de proprietárias de escolas e autoras de livros de ensino⁶

6 Quadro retirado do trabalho de: SILVA, Alexandra Lima da. *Ensino e mercado editorial de livros didáticos de História do Brasil - Rio de Janeiro (1870-1924)*. Niterói, Dissertação de mestrado, UFF, 2007.

Em relação às professoras autoras, é possível que a função que possuíam na sociedade - a de professoras -, e a já mencionada prática comum de, em meados do século XIX, muitos destes profissionais se tornarem autores de livros, possivelmente, tenha autorizado a prática da escrita de livros por essas mulheres.

Ao analisar os relatórios anuais produzidos pela Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária do Município da Corte⁷, foi possível encontrar no relatório referente ao ano de 1877, mais especificamente em sua página 35, uma lista dos “Professores públicos que têm escripto trabalhos didacticos”, que possui os seguintes nomes e obras:

Professores publicos que têm escripto trabalhos didacticos.

D. Guilhermina de Azambuja Neves.—Um livro de leitura denominado *Entretenimentos sobre os deveres de civilidade*.

D. Luiza Emilia da Silva Aquino.—*Rudimentos de arithmetica sobre os numeros inteiros*.

Antonio Estevão da Costa e Cunha.—Um compendio de historia sagrada, Nova selecta dos autores classicos, um compendio de analyse syntaxica.

Antonio José Marques.—Um compendio de systema metrico.

Augusto Candido Xavier Cony.—Um compendio de grammatica portugueza.

Carlos Augusto Soares Brazil.—Um compendio de pedagogia, um compendio de arithmetica, um compendio de systema metrico organizado por pontos com as respectivas applicações, um syllabario e elementos de arithmetica para a infancia.

Francisco Alves da Silva Castilho.—Methodo de leitura para ensino de meninos e adultos, transparentes para o ensino da escripta, quadros de leitura, principio da sabedoria, preliminares de grammatica, arvore da sciencia ou grammatica da sciencia.

Januario dos Santos Sabino.—Um livro de leitura graduada.

João da Matta Araujo.—Um compendio de orthographia e um syllabario.

João Rodrigues da Fonseca Jordão.—Um compendio de systema metrico e um flo-rilegio.

João José de Povoa Pinheiro.—Um livro de leitura.

Manoel José Pereira Frazão.—Um compendio de arithmetica, um compendio de grammatica portugueza, uma taboada, e um compendio de geographia do Brazil.

Figura 1 – Professores e suas obras (1877)

7 Segundo Martinez (1997), os Relatórios do Ministério do Império nos fornecem indicações do movimento oficial para incentivar a instrução primária na cidade do Rio de Janeiro, já que um dos seus objetivos era demonstrar a ação das autoridades em prol do “bem público”, sendo possível perceber, através desta documentação os significados e as intenções dos dirigentes imperiais ao preconizarem o desenvolvimento da instrução, bem como, com muitas limitações, mensurar o crescimento das instituições públicas na cidade.

Este documento comprova que a prática de produção dos livros escolares por parte dos professores que, muitas vezes, possuía mais de uma obra publicada, também era fiscalizada pelas autoridades governamentais, assim como a maioria das ações que se relacionavam com a instrução e formação da população (SCHUELER, 2002).

Guilhermina de Azambuja Neves: produção escrita de uma professora primária

A pesquisa sobre trajetórias docentes na Corte imperial, na segunda metade do século XIX, nos remete a um perfil de professores e professoras ativos e participantes no contexto educacional e político no qual estavam inseridos (SCHUELER, 2007). Alguns deles se destacaram por sua atuação como intelectuais que refletiam sobre os modelos educacionais em circulação e sobre a instrução na cidade do Rio de Janeiro, além do fato de terem produzido obras e livros para uso das escolas primárias e secundárias. A presença das mulheres neste grupo, como praticantes da escrita, não foi irrelevante. No grupo selecionado para a pesquisa, é significativa a participação de professoras primárias, como autoras de livros didáticos, artigos e outras obras, destacando-se, entre elas a professora aqui analisada.

Guilhermina de Azambuja Neves, natural do Rio de Janeiro, iniciou sua carreira no magistério público em 01 de junho de 1866, quando foi nomeada professora da escola pública de meninas da Candelária. Nas décadas de 1870 e 1880, dirigiu também o Colégio Azambuja Neves, instituição particular para o ensino de meninas. Casada com Arthur Frnaklin de Azambuja Neves, amanuense da Inspetoria de Instrução Primária e Secundária da Corte, Guilhermina dedicou-se ao magistério, defendendo a introdução de novas metodologias de ensino intuitivo nas escolas primárias, tendo publicado alguns de seus textos nas décadas de 1870 e 1880, entre os quais: *Methodo brasileiro para o ensino da escripta: collecção de cadernos, contendo regras e exercícos* (1881); *Methodo intuitivo para ensinar a contar, contendo modelos, tabellas, taboadas, regras, explicações, exercícos e problemas sobre as quattros operações* (1882) e *Entretenimento sobre os deveres de civilidade, collecionados para uso da puerícia brasileira de ambos os sexos* (1875, 1883).⁸

De acordo com Sacramento Blake, *Entretenimento sobre os deveres de civilidade, collecionados para uso da puerícia brasileira de ambos os sexos* possui três edições,

8 É possível que as relações familiares de Guilhermina tenham facilitado o acesso ao Ministério do Império e à Inspetoria Geral de Instrução Primária e Secundária da Corte, junto aos quais obteve aprovação e recomendação de seus textos para uso das escolas.

sendo as duas primeiras em 1875, respectivamente nos meses de agosto e novembro, e a segunda em 1883.⁹ Para o presente trabalho localizamos no Setor de Obras Raras da Biblioteca Nacional, a segunda edição, publicada pela Typografia Cinco de Março, após a aprovação de seu uso nas escolas por Aviso do Ministério do Império, datado de 9 de novembro de 1875 (AVISO nº 10.519).

A obra possuía um formato similar ao de vários outros livros da época, sendo caracterizado por ser de pequeno formato, como um livro de bolso, de capa dura, na cor verde, com detalhes dourados e brasão do Império. Este modelo de compêndio pode ser entendido como uma estratégia dos produtores dos livros e das autoridades governamentais, para que tais obras, que funcionavam como objetos de doutrinação, pudessem ser mais difundidas e consultadas pelos sujeitos que delas se apropriassem. Em relação a esta questão, Chartier (1999), alerta que é preciso levar em conta que as formas produzem sentidos, já que contribuem para modelar as expectativas do leitor, além de convidar à participação de outros públicos e incitar novos usos. Portanto, as formas dos livros comandam, se não a imposição de um sentido ao texto que carregam, ao menos os usos de que podem ser investidos e as apropriações às quais são suscetíveis.

O ano de publicação da obra, 1875, foi regido pela lei que teve grande impacto na Corte Imperial, a Lei de 17 de Fevereiro de 1854, pela qual se pretendia organizar e controlar a instrução, elaborada na gestão do então Ministro dos Negócios do Império, Luiz Pedreira do Couto Ferraz¹⁰. De acordo com os artigos 56º e 95º¹¹ deste regulamento, para que pudessem ser utilizados nas escolas, os livros deveriam ser previamente aprovados pelo Governo Imperial. Antes de serem aprovadas, as obras eram encaminhadas pelo Governo a pessoas consideradas “idôneas” e que fossem de confiança das autoridades, sendo uma significativa parcela desses sujeitos composta por professores públicos, para que pudessem fazer sua avaliação, aprovando somente obras que estivessem de acordo com os interesses do poder vigente.

9 Publicada pela primeira vez em 1875, a obra foi encaminhada à apresentação na Exposição Pedagógica de 1883, tendo sido publicada em segunda edição entre os trabalhos referentes ao evento.

10 Para saber mais sobre Luiz Pedreira do Couto Ferraz e o regulamento de 1854, consultar, GONDRA, GARCIA & SACRAMENTO (2000), “Rediscutindo a Reforma de Couto Ferraz”, I CBHE, RJ.

11 Tais artigos dizem que: **Art. 56** - Nas escolas publicas só podem ser admittidos os livros autorizados competentemente. São garantidos premios aos professores ou a quasquer pessoas que compuzerem compêndios ou obras para uso das escolas, e aos que traduzirem melhor os publicados em língua estrangeira, depois de serem adoptados pelo Governo, segundo as disposições do Art. 3º (4º combinadas com as do Art. 4º). A adopção de livros ou compendios que contenhão matéria do ensino religioso precederá sempre a aprovação do Bispo Diocesano. **Art. 95** - O Governo garante prêmios na conformidade da 2ª parte do Art. 56 aos que compuzerem ou traduzirem compêndios, os quaes serão sujeitos á disposição do (4º do Art. 3º combinada com a do Art. 4º).

Como já ressaltamos, a obra de Guilhermina possuía autorização para uso nas escolas, informação esta que a autora fornece já na primeira página de seu livro: “Obra aprovada pelos conselhos directores da instrucção primaria e secundaria do município da Corte e províncias do Rio de Janeiro; e mandado adoptar pelo Governo Imperial nas escolas publicas”. Tal informação suscita o interesse em investigar quais eram esses conteúdos presentes na obra, os quais foram referendados pelo Governo Imperial.

Juntamente a esta informação, há também publicado no livro os pareceres favoráveis a aprovação da obra, que foram emitidos Conselho Director da Instrucção Primaria e Secundaria do Município da Corte, por José Manuel Garcia e pelo jornal *Globo*. A prática de tornar público tais pareceres, comum na época, pode ser considerada como uma estratégia de reafirmação do valor da obra, assim como para propaganda da mesma.¹²

Entretenimento sobre os deveres de civilidade: polir a infância e forjar o cidadão

Com um total de 133 páginas, o livro analisado é formado por duas partes, sendo a primeira intitulada “Deveres geraes para com Deus, a família e a sociedade”, e a segunda “Deveres pessoases”. A primeira é composta pelos seguintes capítulos: I – Do respeito na igreja, II – Do respeito a igreja (continuação), III – Da obediência aos Paes, IV – Do respeito aos Paes, V – Do amor filial, VI – Do respeito aos avós, VII – Do respeito aos sacerdotes, VIII – Do tratamento devido aos mestres, IX – O procedimento no Collegio, X – Da união entre irmãos, XI – Da união entre irmãos (continuação), XII – Do procedimento para com os famulos, XIII – Do respeito aos superiores, XVI – Da igualdade de character e procedimento, XV – Do procedimento com os enfermos e defeituosos, XVI – Da compaixão pelos pobres. Já a segunda parte é formada pelos seguintes: I – Do despertar, II – Do vestir, III – Da simplicidades do vestuário, IV – Do procedimento na mesa, V – Do trabalho, VI – Durante o recreio, VII- Durante o recreio (continuação), VIII – Das

12 Cabe ressaltar que havia uma prática comum entre os autores de enviarem seus livros recém publicados para a imprensa, incluindo a chamada imprensa pedagógica, como forma de divulgação e circulação das obras. Fato este perceptível pela própria obra aqui analisada, já que ao finalizar o parecer sobre o livro de Guilhermina, a redação do jornal *Globo* agradece “a oferta que nos foi feita de uma tão apreciável publicação”. A Revista Brasileira de Educação e Ensino do Rio de Janeiro, denominada *A Escola*, com publicação nos anos de 1877 e 1878, por exemplo, possuía uma coluna fixa chamada *Noticias bibliográficas*, na qual os editores opinavam sobre os livros enviados a mesma.

visitas, IX – Das visitas (continuação), X- Da conversação, XI – Da conversação (continuação), XII - Da conversação (continuação), XIII – Na rua, XIV – A visita ao pobre, XV – A esmola, XVI – Do recolher.

Destinado ao ensino da leitura, trazia, como o próprio título indica, “deveres de civildade ou de polidez”, que tinham o objetivo, segundo sua autora, “na falta de outro melhor”, de preencher a lacuna existente nas escolas. De acordo com Galvão (2005), a leitura era considerada primordialmente um meio para a aquisição de outros conhecimentos – e não um saber a ser ensinado por si mesmo – e que poderia ser exercitada através dos compêndios ou de outros materiais escritos (p.3).

Nos pareceres emitidos sobre a obra analisada, destaca-se a linguagem simples e “acomodada à inteligência das crianças”. Segundo Jose Manoel Garcia, o livro de autoria de Guilhermina “está redigido de modo preciso e claro”, ao contrário dos resumos que até então se utilizavam para o ensino da civildade¹³, que não seriam adaptados “a capacidade dos meninos e meninas que freqüentam nossas escolas publicas primarias, já por serem nimamente difusas, já por usarem um estylo elevado em que traçam preceitos que mais convem a adultos do mundo elegante”.

Outra característica da obra é sua ampla utilização de exemplos tirados de cenas recorrentes da vida das famílias no Brasil. A autora utiliza-se de fatos corriqueiros do dia-a-dia para informar ao leitor o que seria a atitude certa e a errada a se tomar diante de diferentes situações. Esta forma de escrita é elogiada por Jose Manoel Garcia em parecer emitido, já que, segundo ele, “sem duvida despertara o gosto das crianças por essas velhas paginas em que se reproduzem aquelles mesmos avisos e conselhos que estão habituados a ouvir em casa na doce e persuasiva linguagem que só o amor maternal sabe fallar”.

É possível perceber também a utilização de exemplos retirados da Bíblia para ilustrar determinadas lições, juntamente ao fato de possuir capítulos específicos destinados a ensinar como se comportar perante um sacerdote ou dentro de uma igreja. Tais fatos nos indicam o entendimento da autora de uma educação moral com íntima ligação com a religião. Em relação a esse aspecto, cabe destacar que o período estudado é anterior a reforma de Leôncio de Carvalho ocorrida em 1878, pela qual teoricamente o ensino religioso passou a ser facultativo nas escolas. Nesta época, havia uma grande quantidade de livros aprovados que possuíam forte influência do catolicismo, tanto que, como já citado, de acordo com o Art. 56º do regulamento de instrução, a adoção de livros que contivessem matéria do

13 Tais resumos seriam a “Escola de Política”, o “Manual de Civildade e Etiqueta”, o “Código de Bom Tom”, o “Manual de Civildade Brasileira”, o “Novo Código de Bom Tom”, os “Elementos de Civildade por Prevoste”.

ensino religioso ficava a cargo da Igreja, que era responsável pela aprovação de tais obras. O fato de a autora divulgar preceitos católicos em sua obra provavelmente colaborou para sua mais fácil aprovação, que com sua grande ênfase nos valores morais, contribuíam para a propagação dos princípios religiosos.

Na primeira parte, a autora disserta sobre os deveres das crianças para com Deus, a Família e a Sociedade. O silêncio, a circunspeção na Igreja, a obediência aos pais, o amor filial, o respeito aos avós, aos sacerdotes e aos mestres aparecem como princípios de civilidade que indicavam o *bom comportamento* dos meninos e meninas. Neste aspecto é interessante as recomendações da professora em relação ao tratamento que deveria ser dispensado aos mestres, incluindo não apenas aqueles que professavam suas lições nas escolas e colégios quanto aqueles que se dirigiam à casa dos alunos para ensinar. Sobre os preceptores, Guilhermina recomendava às crianças:

Não se deve jamais fazê-lo esperar, nem esquecer de ter tudo à mão; os livros, o papel, o tinteiro sobre a mesa e junto deste a cadeira.

Chegando o mestre, deve o menino levantar-se, tomar-lhe o chapéu, o guarda-chuva ou a bengala e convidá-lo a sentar-se. [...] O tratamento se lhe deve dar será o de *Sr. Professor*; e nas respostas afirmativas dir-se-há: *sim, senhor, não senhor*; ou se for mestra, *sim, senhora, não, senhora*. (p. 41).

Ao contrário, a conduta repreendida era a do menino que *“nunca sabe as lições, e durante a explicação so mestre ocupa-se em ver passar quem vai pela rua. Teimoso, vadio e mal educado, nada sabe, nada aprende.”*

Na escola ou no colégio, os procedimentos seriam parecidos: levantar-se, inclinando-se em respeito à entrada do professor na sala, tratando com reverência a autoridade, desculpando-se pelos atrasos, com humildade e dizendo sempre a verdade. Confessar a verdade, ser dócil e obediente traria, segundo a autora, felizes recompensas para as crianças. Na narrativa que construiu sobre duas meninas, Alice e Julia, Guilhermina contrapôs os modelos do *bom* (*“chegava sempre cedo, estudava as lições, lia muito bem, escrevia e contava alguma cousa”*) e do *mau aluno* (*“chegava sempre tarde, nunca sabia as lições, lia e escrevia muito mal, e sobretudo, era arrebatada, responadona e incivil para com a professora”*). Diante de condutas tão opostas, as consequências também surgiam como soluções binárias: o prêmio e o castigo. Para Alice, a boa aluna, prêmios de leitura, de escrita, de conduta, além de alegrias dos pais, férias e descanso. Para Julia, a punição: *“a consequência da preguiça e do estouvamento é ficar a um canto esquecida, senão desprezada. Seus pais para puni-la combinaram com a professora deixa-la retida na escola, trabalhando durante as férias...”* (p. 44). Na elaboração de sua moral da história, a professora perguntava aos leitores: *a qual das duas quereriam imitar?*

A civilidade e a polidez entre as crianças deveriam nortear as condutas durante o recreio, os jogos e as brincadeiras. Ao abordar o momento tão esperado pelos alunos, o momento do repouso escolar, Guilhermina advertia que o direito ao recreio deveria ser dado somente àqueles que o merecessem, ou seja, *a quem trabalha*. Para estes, era chegada a hora de “tomar os bonecos e brinquedos, cultivar um pequeno jardim, jogar a peteca ou a bola de borracha, soltar papagaio”, mas sempre gozando a alegria com modéstia e pudor. Afinal, a liberdade do recreio era relativa: o menino, nunca ficava sozinho, posto que *Deus está sempre contigo*, lembrava a professora.

Assim como as regras de bom comportamento deveriam ser seguidas no recreio, as recomendações indicavam que a construção da civilidade entre as crianças passava pelos procedimentos mais íntimos, pelo controle dos corpos e mentes, e pela normalização de suas práticas de despertar, de vestir, de comer, de conversar, de portar-se na igreja, no colégio, em casa e nos eventos sociais. Cumprir os deveres de trabalhar, compreendidos aqui pelo ato de estudar as lições e valorizar a instrução, estava entre as principais obrigações das crianças. Na “arte da conversação” e nas relações sociais, as máximas morais indicavam os perigos de não dizer a verdade. Em tom ameaçador, a autora relembra aos pequenos leitores a sabedoria popular: “o pai da mentira é o demônio; o Senhor do Céu detesta a mentira; a verdade mais cedo ou mais tarde parece; mais depressa se apanha um mentiroso do que um côxo.” (p. 111).

A aprendizagem da civilidade fundamentava-se nos princípios da ordem e da hierarquia. Respeitar a Deus, aos pais e mestres, às autoridades civis e religiosas, aos adultos, bem como aos criados, e escravos, aos pobres e enfermos, eram ações que indicavam a boa educação e o cumprimento das regras de conduta. A naturalização das desigualdades e das hierarquias impunha às crianças reconhecer lugares sociais e praticar atos de comando e deferência, de acordo com as suas próprias condições e o estatuto de suas famílias. Por isso, a caridade, a filantropia com pobres e enfermos, a docilidade no tratamento dos criados e escravos, bem como a deferência com os mais abastados, compareciam como princípios norteadores de um convívio social harmônico.

De acordo com Bittencourt (1993), uma característica comum aos livros escolares na segunda metade do século XIX, inclusive os manuais de civilidade, era a apresentação de contos curtos, pequenas histórias e narrativas nas quais se abordavam temas como a caridade, o consolo para com os pobres, a honestidade, a obediência para com os mais velhos e superiores, o companheirismo e, sobretudo, o amor a Deus. Como no livro de Guilhermina Azambuja Neves, aqui brevemente analisado, estas narrações eram repletas de situações sentimentais, maniqueístas, onde os bons eram sempre beneficiados e os maus eram punidos, e os autores esforçavam-se na criação de uma linguagem que cativasse os jovens leitores.

Assim, nas suas 32 pequenas lições, a professora primária colaborava na produção de representações sociais, que buscavam definir comportamentos e

hábitos tidos como adequados, em um processo civilizatório que visava moldar e controlar corpos e mentes das crianças. Construía-se, assim, a partir da atribuição de sentidos para a infância (Veiga, 2004), a idealização de sujeitos moralizados, dóceis, úteis a si, à família e à pátria, paradigmas pedagógicos de cidadãos polidos e educados pelas máximas de civilidade.

Referências

- A Escola.** Revista Brasileira de Educação e Ensino. Rio de Janeiro, 1877 – 1878
- BLAKE Sacramento. **Diccionario bibliographico do Brasil.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n.3, p. 475-491, set./dez. 2004.
- BITTENCOURT, Circe Maria F. **Livro didático e conhecimento histórico:** uma história do saber escolar. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo: Tese de Doutorado, 1993.
- CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros:** leitores, escritores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. 2ª Edição: UNB, 1999.
- GALVÃO, Ana. Maria. de O. A circulação do livro escolar no Brasil oitocentista. In: **Anais da 28ª. Reunião Anual da ANPEd.:** Caxambu, 2005. p. 1-15.
- GASPARELLO, Arlette; VILLELA, Heloísa et alli (2003). **O nascimento de uma pedagogia:** os professores/autores de livros didáticos na escola secundária brasileira (1860 -1900). Projeto de pesquisa, Niterói, Faculdade de Educação da UFF, 2003.
- GASPARELLO, Arlette M. **Construtores de identidades:** os compêndios de História do Brasil do Colégio Pedro II (183801920). Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2002.
- GONDRA, José & SACRAMENTO, Winston. Luiz Pedreira do Couto Ferraz (verbete). In FÁVERO, Maria de Lourdes A & BRITTO, Jader M. (orgs) **Dicionário dos educadores no Brasil.** Rio de Janeiro/Brasília: UFRJ/INEP, 2002.
- MARTINEZ, Alessandra. **Educar e instruir:** a instrução popular na Corte imperial. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.

NEVES, Guilhermina de Azambuja. **Entretenimento sobre os deveres de civilidade collecionados para uso da puerícia brasileira de ambos os sexos.** Rio de Janeiro, Typographia Cinco de Março, 1875, 133p.

SCHUELER, Alessandra. Professores como intelectuais da cidade: um estudo sobre produção escrita e sociabilidades intelectuais (Corte imperial, 1860-1889). **Revista de Educação Pública.** Nº 32, set.-dez., Mato Grosso: EdUFMT, 2007.

TAMBARA, Elomar. **Bosquejo de um ostensor do repertório de textos escolares utilizados no ensino primário e secundário no século XIX no Brasil.** Pelotas, Seivas Publicações, 2003

TEIXEIRA, Giselle B. **Caminhos do saber escolarizado:** produção, controle e circulação de livros nas escolas primárias da Corte Imperial. Rio de Janeiro. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

VEIGA, Cinthia. Infância e Modernidade: ação, saberes e sujeitos. In: FARIA FILHO, Luciano (Org.). **A Infância e sua Educação.** Materiais, práticas e representações. Portugal e Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 35-82.

XAVIER, Ana Paula da Silva. **A leitura e a escrita na cultura escolar de Mato Grosso (1837-1889).** Cuiabá: MT: Entrelinhas: EdUFMT, 2007.

Data de recebimento: 03/03/2008.

Data de aceite: 03/04/2008.